

SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA: CAMPONESES DO PONTAL DO PARANAPANEMA NA PRODUÇÃO DE PEPINOS EM CONSERVA

SUBORDINATION AND RESISTANCE: PEASANTS FROM PONTAL DO PARANAPANEMA IN PICKLED CUCUMBER PRODUCTION

SUBORDINACIÓN Y RESISTENCIA: CAMPESINOS DEL PONTAL DO PARANAPANEMA EN LA PRODUCCIÓN DE PEPINOS EN CONSERVA

Luciano Benini de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0006-9487-0788>

 <http://lattes.cnpq.br/2601531249307072>

Diógenes Rabello

<https://orcid.org/0000-0002-3760-5527>

 <http://lattes.cnpq.br/6187345164159059>

Thais Fernanda de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0008-0803-7648>

 <http://lattes.cnpq.br/3685581775090121>

Resumo

A subordinação ao qual os camponeses estão mergulhados em áreas reformadas, a indústria, nos provoca a compreender os aspectos multidimensionais presente no território, como marco testemunhal e palco das relações de conflito no exercício das disputas de poder que se revela do processo de trabalho do campesinato como forma de resistir se insubordinando e/ou concomitantemente se subordinando ao desenvolvimento capitalista no campo. Formas de organização territorial da família camponesa, tendo como centro de reflexão as condições atuais deste modo de vida, pelo prisma das famílias organizadas no assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

Palavras-chave: campesinato; agrotóxicos; trabalho; subordinação.

Abstract

The state of subordination in which peasants find themselves—immersed in areas transformed by industry—compels us to understand the multidimensional aspects of the territory. It serves as both a testament and a stage for conflict-ridden power struggles arising from the peasantry's labor process—a process characterized by simultaneous acts of resistance through insubordination and, at the same time, subordination to capitalist development in the countryside. This study examines the forms of territorial organization among peasant families, focusing on the current conditions of this way of life through the lens of families organized in the São Paulo settlement, located in the municipality of Presidente Epitácio, São Paulo state.

Keywords: peasantry; pesticides; labor; subordination.

Resumen

La subordinación a la que están sometidos los campesinos en las zonas reformadas y en el entorno industrial nos invita a comprender los aspectos multidimensionales presentes en el territorio, como hito testimonial y escenario de las relaciones de conflicto en el ejercicio de las disputas de poder que se manifiestan en el proceso de trabajo campesino como una forma de resistencia mediante la insubordinación y/o la subordinación simultánea al desarrollo capitalista en el campo. Se analizan las formas de organización territorial de la familia campesina, centrándose en las condiciones actuales de este modo de vida, desde la perspectiva de las familias organizadas en el asentamiento de São Paulo, en el municipio de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

Palabras-clave: campesinado; agrotóxicos; trabajo; subordinación

INTRODUÇÃO

A presente proposta de artigo versa sobre os desdobramentos da intensificação e o uso indiscriminado de agrotóxicos no Assentado São Paulo, no município de Presidente Epitácio, região conhecida como Pontal do Paranapanema, fruto da dissertação de mestrado construída para a pós-graduação do curso de geografia da Universidade Estadual Paulista- Unesp. Ao longo da dissertação observamos os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir do pacote tecnológico imposto verticalmente por uma empresa de capital nacional, conhecida por Refricon Vegetable Foods, que condiciona e subordina os camponeses.

O conjunto de procedimentos técnicos impostos pela empresa, que nos debruçamos ao longo do artigo são responsáveis pelo afloramento de elementos contraditórios presentes no território que materializa a subordinação verso as formas regenerativas encontradas pelos camponeses para resistir. Realidade social contraditória e diversa que apresenta concomitantemente sujeitos inseridos na subordinação ao desenvolvimento do capitalismo no campo, presos a integração a indústria. E sujeitos que buscam no investimento tecnificado do plantio de pepinos as saídas insubordinadas, como a utilização de técnicas, tecnologias, equipamentos e estruturas para produzir alimentos, fatos que comprovam o “trabalho forçado consensual” consequência do movimento contraditório que vive as famílias de sujeição e subordinação, como alternativa da (re) criação camponesa.

Os desdobramentos da subordinação ao qual os camponeses estão mergulhados em áreas reformadas, a indústria de conservas, “no nosso olhar”, busca compreender o campesinato sob as abordagens dos autores que estudam a “questão agrária”, que segundo Ramalho (2002), “concordam que há um processo de intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura”, ao mesmo tempo que discordam, segundo a autora, revelando as formas distintas de se compreender o campesinato, neste processo de construção teórica, consolidando-se dois grandes eixos de análise do campesinato.

Ramalho (2002), afirma que esta construção estava centrada em dois autores: Alexander Chayanov e Karl Kautsky. Onde Chayanov, em sua principal obra *La organización de la unidad económica*

campesina, apresenta uma “análise da estrutura produtiva da unidade de exploração econômica camponesa, no contexto da Revolução Russa, tendo como base os dados da realidade dos campos russos”. A autora ainda, apresenta o fundamento teórico do pensamento de Chayanov, que segundo, “pauta-se na idéia de se compreender a situação do campesinato e o seu processo de reprodução a partir de sua estruturação interna”. Afirmarões que ramalho analisa como o reconhecimento da “heterogeneidade do campesinato e entende sua essência a partir da relação de trabalho familiar, ou seja, sujeito histórico que organiza sua propriedade essencialmente com a mão de obra da família e com seus próprios meios de produção” (Ramalho, 2002. p.p 4,5).

Segundo a autora ainda, para Chayanov a família camponesa “visa unicamente atingir o equilíbrio entre a penosidade de seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo garantir sua reprodução enquanto sujeito histórico”. Sendo o camponês sujeito imerso a “progressiva generalização das relações tipicamente capitalistas de produção”, mas mesmo mergulhado nestas relações guarda “sua estrutura as singularidades que constituem a sua essência, dessa maneira, Chayanov propõe uma análise do campesinato por dentro do campesinato”. (Ramalho, 2002, p.5).

Somando a está construção de Chayanov, a autora encontra a teoria clássica marxista, Kautsky, que afirma que a “reprodução do campesinato estava diretamente vinculada ao trabalho acessório (assalariamento) e a auto-exploração da mão-de-obra familiar”, não desvinculando a família camponesa as “relações capitalistas de produção, reforçando uma análise pautada na similaridade entre a expansão do capitalismo na indústria e na agricultura”, onde o “campesinato estaria, diretamente vinculado a pequena produção”, sendo cada vez mais “suprimido enquanto classe social, devido a generalização e expansão das grandes empresas capitalistas e a difusão do assalariamento”. Que segundo a autora, Kautsky “compreende a questão agrária a partir das transformações nas relações de trabalho e de produções motivadas pela industrialização, sendo que a unidade de produção camponesa seria progressivamente substituída pelas empresas capitalistas”, restando as famílias camponesas sujeitos autônomos e assalariados, resistindo em seus territórios. (Ramalho, 2002, p.7).

A reflexão busca compreender os aspectos multidimensionais presente no território, como marco testemunhal e palco das relações de conflito no exercício das disputas de poder que se revela do processo de trabalho do campesinato como forma de resistir se insubordinando e/ou concomitantemente se subordinando ao desenvolvimento capitalista no campo. Formas de organização territorial da família camponesa, tendo como centro de reflexão as condições atuais deste modo de vida, pelo prisma das famílias organizadas no assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio, produzindo pepinos para conservas, a multinacional McDonald's, na região, conhecida como Pontal do

Paranapanema, no extremo Oeste do Estado de São Paulo.

SUBORDINAÇÃO E INSUBORDINAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Os aspectos de insubordinação “versus” os aspectos de subordinação que ocorrem intrínsecos e concomitantemente ao processo produtivo, são possíveis devido a desigualdade do desenvolvimento capitalista, que segundo Oliveira (1991), é resultado da expansão desigual e contraditória do capitalismo, ou seja, o capital ao se reproduzir reproduz suas contradições: as relações não capitalistas de produção, pois, na elaboração do autor, o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações não-capitalistas. Tendo de um lado as relações materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, que historicamente prioriza as grandes propriedades agroexportadoras de commodities, enquanto destina as famílias da agricultura camponesa, os menores fluxos de recursos, como podemos observar nas informações publicadas pela agência de notícias do governo federal, que publica: “o governo federal lança Plano Safra 2025/2026: R\$ 516,2 bilhões para impulsionar o agro”, enquanto foram liberados para fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apenas 78,2 bilhões, (agência gov, acessado em 23 de agosto de 2025), realidade que os conduz a agricultura camponesa a invisibilidade social/espacial, mesmo esta sendo responsável por grande parte da alimentação que chega à mesa das famílias brasileiras.

Como é sabido, segundo a revista de Segurança Alimentar e Nutricional, editada pela Unicamp, pelo professor Rodolfo Hoffmann (2014), que afirma: “que 70% dos alimentos produzidos no Brasil advêm da agricultura familiar”, somado a esta questão de produção alimentar temos a proporcionalidade de quantidades de agricultores espalhados pelo Brasil, onde segundo os dados do Censo Agropecuário 2017-2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que 76,8% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil foram caracterizados como pertencentes à agricultura familiar, conforme estabelecido pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017. (Embrapa, 2020).

Segundo a Embrapa, a participação da agricultura camponesa tem importância significativa na maioria dos produtos hortícolas e em algumas espécies frutíferas, como é o caso do morango, com participação na produção de 81,2%, a uva para vinho e suco com (79,3%) da participação. Com relação à produção da pecuária, os dados do Censo Agropecuário 2016-2017 mostram que 31% do número de cabeças de bovinos, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos, e 70,2% de caprinos pertencem à agricultura camponesa. Além disso, este segmento foi responsável por 64,2% da produção de leite no período de referência do Censo. (Embrapa 2020).

Diante da dicotomia de investimentos e responsabilidades socio-econômicas destes seguimentos, buscamos entender os processos pelos quais as famílias camponesas estão organizadas dialeticamente no campo, pois há várias formas de disputas e resistências, de interações multidimensionais ao agronegócio constituindo um processo dinâmico de fluxos e refluxos que impulsionam, muitas famílias camponesas a sair ou resistir nas atividades produtivas. Realidade de adversidades na reprodução social, que se apresenta contraditória e diversa nos assentamentos, que possuem famílias imersas na subordinação ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que os prendem a integração a indústria. Que por sua vez usam o incentivo e a busca no investimento tecnificado, a utilização de técnicas, tecnologias, equipamentos e estruturas para produzir alimentos, no plantio de pepinos, fatos que comprovam o movimento contraditório que vive as famílias de sujeição e subordinação, como alternativa da (re) criação camponesa.

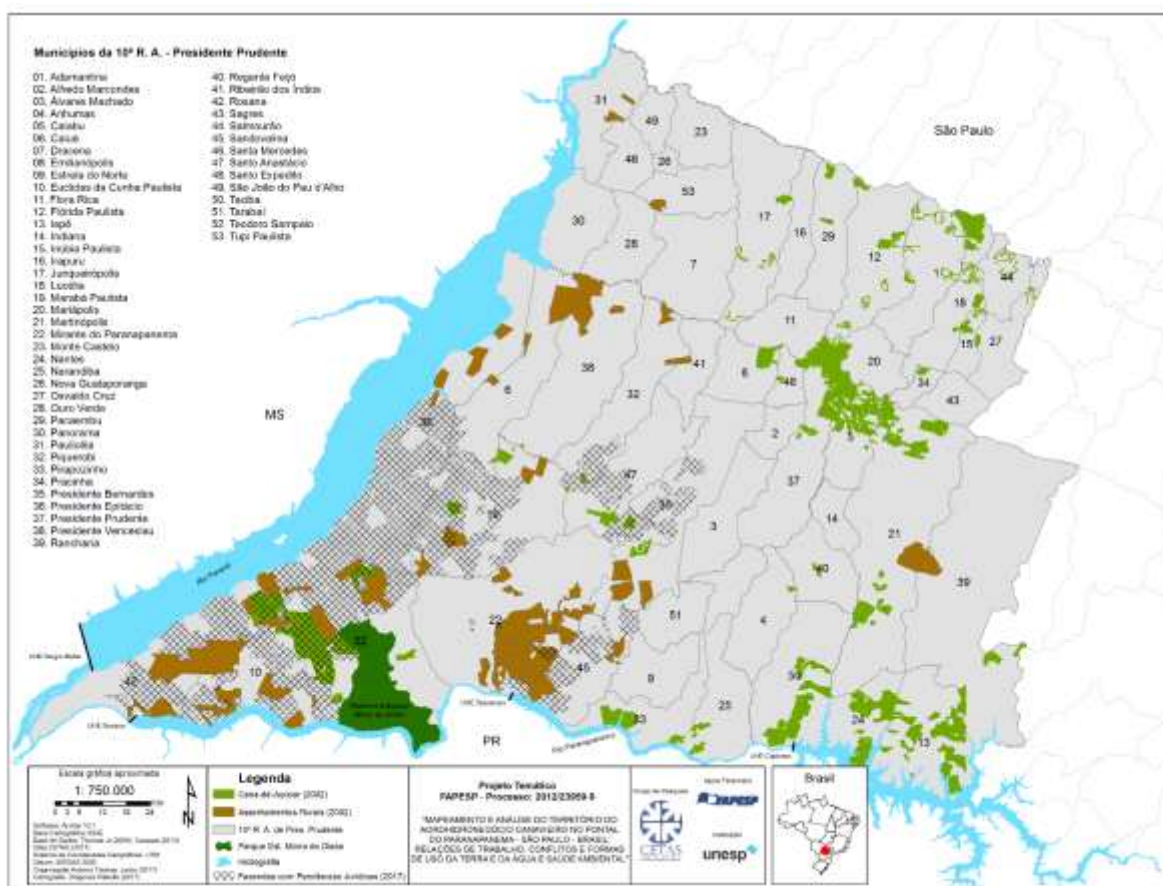
Segundo Oliveira, (2018), o assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio, pioneiro no plantio de pepinos na região, recebe no mês de outubro de 2013, os representantes da indústria Refricon Mercantil Vegetab S.A, que possui várias unidades distribuídas por todo o território brasileiro, empresa que atua no setor de produtos vegetais processados, tendo entre seus clientes grandes empresas do setor alimentício do país, como o McDonald's Brasil. Segundo o autor a pesquisa se aproxima do desvendamento dos elementos de subordinação ao pacote tecnológico, que condiciona os camponeses ao uso indiscriminado de venenos e a insubordinação do campesinato, que busca nestas alternativas as saídas de permanência nos territórios, elementos contraditórios e indissociavelmente ao tecido social, realizando o movimento constante de forma multidimensional, em disputas territoriais contraditórias do desenvolvimento do sistema capitalista no campo.

Ao longo da pesquisa Oliveira, aponta o movimento real de criação e recriação do campesinato, antagonizado pelos princípios capitalistas de implantação de seus meios produtivos, alicerçados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Princípios estes que levam ao conflito, pois, a integração que subordina, ao mesmo tempo, constrói alternativas diante das necessidades de reprodução social das famílias camponesas. A adversidade cria oportunidade de reprodução no território, pois o conflito é intrínseco presente na vida das famílias camponesas, que tornam seu território, palco das disputas contraditórias de criação e recriação camponesa.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Brasil existem 1.346.798 famílias assentadas, distribuídas em 9.354 assentamentos, destas 18.932 famílias estão distribuídas em 272 assentamentos no estado de São Paulo (DATALUTA, 2014). Já na região do Pontal do Paranapanema, temos 117 assentamentos, nos quais abrigam 7 mil famílias, numa área de 139.682

hectares em 14 municípios (DATA LUTA, 2016). A seguir apresentamos o mapa com a localização dos assentamentos da região por município, como o território vive em constante conflito apontamos ainda a localização dos latifúndios cultivados com cana de açúcar e as fazendas em disputas judiciais, sabemos que estes elementos não estão conectados diretamente com a pesquisa, mas ao mesmo tempo, estas áreas estudadas são vistas em movimento, como territórios de resistência e disputas constantes pelos diversos elementos e sujeitos presentes no território.

Mapa da espacialização dos assentamentos do Pontal do Paranapanema



Fonte: DataCEETAS, 2017.

A principal renda atualmente nos assentamentos do Pontal é a pecuária leiteira, entretanto, para que a produção leiteira seja rentável ela necessita de um alto investimento com animais, pastagens e refrigeração, o que foge das condições financeiras concretas das famílias, e acaba forçando-os a permanecer nesta atividade com uma produção pequena e artesanal, somando-se o fato de que os preços pagos pelos laticínios oscilam bastante, diante deste cenário, os camponeses buscam em outras formas de subordinação como a produção integrada de pepinos as alternativas que colaboram com a reprodução

social.

O processo de integração subordinado das famílias camponesas, é a alternativa encontrada por elas a se “adequar”, aceitando o pacote produtivo imposto pela empresa, que leva ao endividamento, que segundo Bombardi (2004, p.258), tem significado para o camponês, “estar endividado é sinônimo de vergonha”, levando este a aceitar que parte da sua renda, seja destinada a cobrir os gastos na implantação da cultura de pepinos, valores que são descontados antecipadamente nos pagamentos da produção entregue a indústria.

Entendemos com isso a manifestação de uma das facetas da subordinação da indústria, que usa da moral do camponês para empregar seu pacote de exploração, além de que, a empresa não precisa estar diretamente produzindo no campo, mas encontram formas de se apropriar e subordinar a produção (Bombardi, 2011). Podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pela família camponesa, que gera renda, não significa que esta família conseguiu se apropriar desta riqueza, pois, a renda territorial gerada através de seu trabalho é apropriado pelo capital industrial, ou seja, apenas uma pequena parte do montante pago pela empresa cumpre função na reprodução das condições de vida da família camponesa, pois o montante maior dos ganhos arrecadados pelo trabalho da família camponesa na atividade produtiva desenvolvida é destinada ao pagamento do custeio das infraestruturas e a manutenção das atividades produtivas. (Santos, 1984).

Nesta lógica produtiva, Oliveira (1986), contribui afirmando que, “na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital,” onde a engrenagem capitalista de subordinação “redefine a renda da terra, transformando-a em renda capitalizada da terra” (Oliveira. 1986, p.67).

Dinâmica de subordinação evidenciado nos lotes que possuem famílias integradas à indústria de pepinos, pois apesar do aumento relativo da renda em relação ao montante das famílias que não aderiram a esta lógica, esta renda é drenada pelo capital desde o início do processo produtivo, para honrar as dívidas adquiridas e frente à escassez de alternativas produtivas no assentamento. Seu trabalho vincula-se ao capital nesse processo contraditório, onde os camponeses mantêm-se proprietário dos seus meios de produção e supostamente autônomo em relação ao seu processo e rotina de trabalho.

O mesmo processo reprodutivo de subordinação das famílias camponesas, de integração ao capital industrial, cria de forma dicotômica alternativas de resistência e reprodução camponesa, diante do deserto de possibilidades estatais de incentivo à produção camponesa, concomitantemente a adoção de relações capitalistas e não capitalistas de produção, leva as famílias camponesas a resistirem e se reproduzir enquanto sujeitos autônomos.

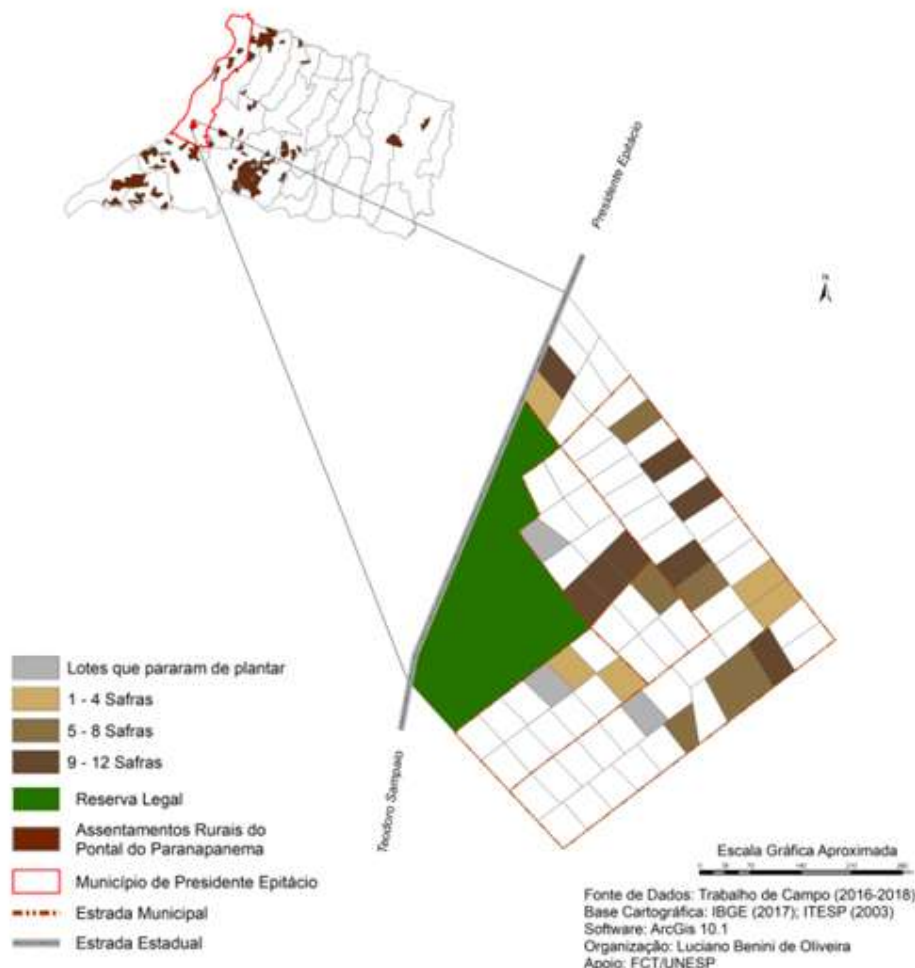
A pesquisa possui um caráter de fundamental relevância no campo da compreensão de determinados elementos, presentes nos assentamentos de Reforma Agrária, territórios conquistados pela luta, resistência e conquista de famílias de camponeses, que se encontra mergulhados a atividades produtivas que se configuram como o desenvolvimento do capitalismo no campo, que subordinada estes sujeitos a suas técnicas e suas tecnologias produtivas, constituindo um cenário de endividamento, controle nos valores ofertados aos produtos produzidos, extensão nas trabalhadas, envenenamento, condicionando estas famílias a necessidade de enquadramento ao pacote produtivo como forma de aceitação.

ESTUDO DE CASO: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO SÃO PAULO

O assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio, possui área total de 1.855,28 hectares de terras, com 1.422,50 de área agrícola, sendo criado em 6 de agosto de 2003, composto por 76 famílias que possuem cada uma delas 18 hectares de terra. O método de investigação utilizado foi o estudo de caso, dadas as possibilidades de reconstrução da realidade na produção e reprodução no território, sendo selecionados as 22 famílias integradas produzindo pepinos.

Segundo relatos das famílias produtoras e integradas a indústria de pepinos, os trabalhos de associação das famílias teve início no ano de 2014, com a seleção a princípio de cinco famílias, que passam a adotar e aceitar, as exigências produtivas imposta pela indústria do pacote produtivo que exigia aplicação constante de venenos, condicionados as recomendações técnicas, exigência no padrão de qualidade da produção e a adoção de técnicas produtivas imposta para adesão ao projeto industrial de produção de pepinos para conserva. Como podemos observar no mapa, normalmente são realizadas duas safras por ano, onde as famílias são organizadas a realizar o plantio no mesmo dia para facilitar o volume de matéria prima para indústria, ficando a critério das famílias a quantidade de pés plantados, esta logica cria um fenômeno, pois para obter renda compatível a família, o volume de exigências nos traços culturais e a velocidade produtiva da planta, condiciona os esforços familiares a canalizar, a cultura. Então muitos plantam excessivamente em relação a mão de obra presente na família, esta equação volume plantado “versus” mão de obra familiar, leva ao esgotamento físico familiar, levando as famílias abrir mão de alguns ciclos ao longo do ano, realidade que apresentamos na quantidade de safras por família.

Mapa do assentamento São Paulo com a identificação dos lotes que plantam pepinos.



Fonte: Autores (2017).

O processo de construção da integralização dos assentados a indústria de conservas, possui diversos elementos que prende as famílias a empresa. Iniciativas que são amarradas ao longo da caminhada da relação da empresa com as famílias assentadas, elementos que são construídos de forma que as famílias não percebem o nível de dependência que estão submetidos, sentindo-se incapazes de romper as amarras que lhes prendem a subordinação.

Diagnosticamos na pesquisa algumas formas de aprisionamento das famílias ao pacote tecnológico, entre estas, destacamos o adiantamento feito pela indústria, de insumos e estruturas necessários para cumprir as exigências na produção. Somado a esta iniciativa está a visita semanal do técnico da empresa que deixa a rotina de traços culturais e aplicação de venenos necessário a produção,

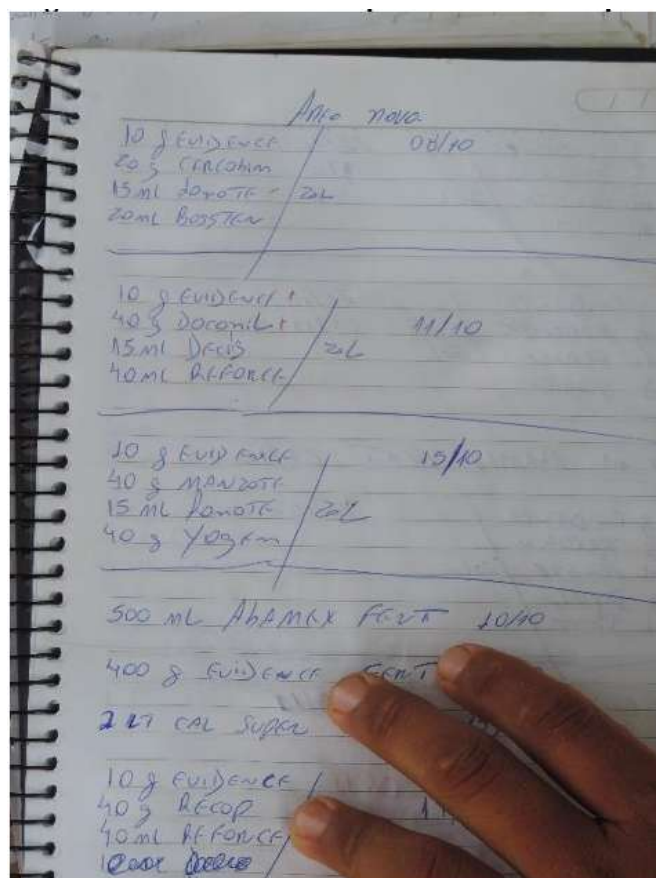
que está enquadrada ao padrão de qualidade exigido pela indústria.

Estas exigências impostas semanalmente pelo técnico, surgem duas novas condições de aprisionamento das famílias, o aumento excessivo das horas trabalhadas pela família, para suprir a demanda de traços culturais e de uso de venenos na cultura. Realidade que trazem duas novidades contraditórias a reprodução das famílias assentadas, pois o aumento da dedicação a cultura do pepino, provoca alterações em diversos elementos, na vida das famílias integradas, como profissionalização das famílias na produção de pepinos, levando ao abandono de outras atividades como culturas e criação de animais, pois agora precisam dar conta das exigências industriais do padrão de qualidade, para cumprir o compromisso e pagar o endividamento adquirido no início do contrato, já a outra novidade é a quantidade de horas trabalhadas para aplicar os coquetéis de inseticidas, fungicidas, bactericidas aplicadas todos os dias.

Neste cenário temos dois atores bem postados de um lado as famílias assentadas que se encontram em condições de escassez de políticas públicas. De outro lado a empresa que encontra terreno fértil diante da fragilidade do tecido social da comunidade assentada, a soma desta inter-relação entre a indústria, que impõe suas vontades as famílias assentadas, constrói o processo alicerçado sobre dois pilares centrais: o endividamento da família a indústria e o fato de que o agricultor busca na produção de pepinos as condições da reprodução social das famílias. A vulnerabilidade social construída historicamente pela escassez de políticas públicas de produção, transporte e comercialização leva o agricultor a aceitar a condição de trabalho forçado consensual, onde ele tem clareza das condições de trabalho e até mesmo os riscos na aplicação de agrotóxicos, mas as condições no assentamento não permitem que ele tenha outra oportunidade, e este é o momento que toma a decisão pelo caminho da subordinação como alternativa para a reprodução.

Somado a todo processo de extensão na horas de trabalho para cumprir as exigências técnicas dos traços culturais, ainda temos o processo de aplicação de agrotóxicos, que normalmente utiliza as primeiras horas da noite, onde estas aplicações acontecem a cada 36 horas tendo caráter preventivo, se distribuindo ao longo de todo o período reprodutivo da planta, aplicações que são orientadas pelos técnicos da indústria que disponibilizam ao produtor uma planilha semanal de aplicação de agrotóxicos, exigidos pelo pacote tecnológico imposto pela indústria as famílias assentadas, como podemos observar na planilha abaixo:

Foto da rotina de aplicação de venenos deixada pelo técnico da indústria.



Fonte: Pesquisa de campo (Autores, 2017).

Nos trabalhos de campo realizados no Assentamento São Paulo, encontramos problemas sérios e graves quanto a utilização de equipamentos de proteção individual, descarte de embalagens, respeito da carência exigida para colheita, entre outros problemas que colocam em risco a vida das famílias e dos consumidores destes produtos. O agricultor fica exposto a sua própria sorte, condicionado as exigências assumidas com a indústria, trabalhando compulsoriamente para dar conta de suprir as exigências e os padrões produtivos impostos arbitrariamente pelo pacote tecnológico que o integraliza ao sistema de forma subordinada, onde sua função é trabalhar freneticamente sem refletir os riscos a saúde que está mergulhado a situação de exposição do agricultor aos riscos, como podemos observar nas imagens, que mostram agricultores desprovidos de proteção, como observamos nas imagens abaixo:

Produtores pulverizando agrotóxicos na produção de pepino.



Fonte: Pesquisa de campo (Autores, 2017).

Devido a necessidade do trabalho, pois a cultura apresenta capacidade produtiva muito acelerada devido a quantidade de adubos e insumos para acelerar sua produção, os agricultores não respeitam os prazos exigidos pelos fabricantes de agrotóxicos para voltar a lavoura ou realizar a colheita, na imagem diagnosticamos acontecendo ao mesmo tempo a pulverização de agrotóxicos e a colheita dos frutos, como observamos abaixo.

A situação de uso indiscriminado de agrotóxicos sem orientação dos riscos, coloca os agricultores diante da situação de permanecer subordinados ao pacote tecnicista para encontrarem as condições objetivas da reprodução social. Os trabalhos de campo, constataram que concomitante ao ato de operacionalização do cultivo, encontramos entre os agricultores afirmações que demonstram a consciência dos riscos, sendo registrados as afirmações que se repetem, como forma de aliviar o conflito, “a não tem jeito!!! fazer o que? Não tem outra forma de renda!”. Realidade de estranhamento que coloca os agricultores, diante da situação temporal de carregar sobre seus ombros os riscos futuros da saúde da sua família “ou” as condições adversas de permanecer no campo, resistindo as ofensivas excludentes do desenvolvimento capitalista. Processo que obriga as famílias a realizar atividades que as colocam em risco, como podemos observar, enquanto parte da família aplica agrotóxicos a outra parte da família realiza a colheita dos frutos do trabalho familiar, como vemos na imagem abaixo:

Fotografia da pulverização de agrotóxicos e colheita simultânea.



Fonte: Pesquisa de campo (Autores, 2017).

Isto ocorre porque a empresa já “capturou” os camponeses no ato do contrato de entrega da mercadoria, neste momento os agricultores assumem o compromisso de trabalhar para a empresa, segundo suas orientações técnicas, que prende as famílias assentadas a um conjunto de critérios técnicos e tecnológicos que o escravizam pelo ato da extensão das horas trabalhadas. Onde a submissão do trabalho familiar ao pacote está “tatuada” na subordinação, porque a família adquiriu uma dívida financeira que tem seu pagamento condicionado ao ato da entrega da mercadoria, mesmo que no meio do caminho a família perceba as armadilhas e os riscos não consegue voltar, já que se encontra caminhando nos corredores escuros entre as ruas de pepino.

A família camponesa possui um objetivo em comum nesse processo que é pagar a dívida para a empresa e dos outros fornecedores e se esforçar para sobrar algum dinheiro que contribuía com as necessidades familiares, para isto, se espreitando entre as nuvens formadas pela nevoa da pulverização dos agrotóxicos. Pois as medidas produtivas impostas pelo modo de produção capitalista, não se apropria do trabalho excedente direto do camponês, mas o faz Santos (1984. p.64) “mediante um conjunto de determinações que subordina seu processo de trabalho”, que assume condição de alienação das coisas, transformando os “produtos do trabalho humano” em mercadoria, onde a “sua vontade é a vontade alienada da mercadoria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou os elementos de subordinação e insubordinação que caracterizam o campesinato inserido nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, tomando como caso empírico a

chegada da empresa Refricon Vegetable Foods ao Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio-SP), para a implantação do cultivo de pepino para conserva. O estudo demonstrou que o desenvolvimento do capitalismo no campo constrói, simultaneamente, mecanismos de integração que subordinam as famílias camponesas e limites que, por não dominarem todas as esferas da reprodução social camponesa, abrem espaço para a insubordinação e a reinvenção constante desse campesinato.

A proposta da indústria alterou as relações de trabalho e produção nos lotes, promovendo a intensificação e a extensão da jornada de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que afastava os agricultores de seus saberes produtivos tradicionais, convertendo-os em produtores de mercadorias para a indústria. A pesquisa identificou os "elos" pelos quais a empresa mantém as famílias em condição de sujeição, sobretudo pelo adiantamento de insumos vendidos a preços superiores aos praticados no mercado local, criando um endividamento recorrente que se perpetua entre ciclos produtivos e é sustentado por uma construção ideológica de "parceria".

Constatou-se ainda que a extração da renda da terra camponesa se materializa em, ao menos, quatro frentes: (i) a sobrevalorização dos insumos fornecidos pela indústria; (ii) a omissão, pelos próprios agricultores, dos custos de sua força de trabalho no cálculo da rentabilidade da lavoura; (iii) os custos do transporte até a indústria; e (iv) os critérios de classificação e pesagem da produção, definidos unilateralmente pela empresa, sem possibilidade de acompanhamento por parte dos produtores.

A rotina de trabalho imposta pelo cultivo — marcada pela sucessão ininterrupta de aplicação de agrotóxicos, colheita, condução das ramas, seleção e transporte — conduziu à proposição do conceito de "trabalho forçado consensuado", que expressa o desgaste físico e psicológico ao qual as famílias se submetem voluntariamente diante da ausência de alternativas de geração de renda no assentamento. Tal condição é sustentada tanto por fatores estruturais de reprodução social quanto por elementos morais e identitários ligados à própria condição de "ser camponês".

Por fim, a pesquisa revelou que, mesmo diante da subordinação imposta pelo pacote tecnológico da indústria, as famílias assentadas desenvolveram estratégias de resistência e ressignificação: o trabalho coletivo e a ajuda mútua como formas de enfrentar a extensão da jornada; o investimento dos recursos obtidos com o pepino na diversificação produtiva (fruticultura, pecuária leiteira); e a reutilização da infraestrutura da cultura para o cultivo de alimentos destinados ao autoconsumo. Esses achados reafirmam a natureza contraditória e multidimensional do campesinato, que se movimenta permanentemente entre a exploração e a resistência, reproduzindo-se e recriando-se nos territórios em disputa do Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; Silvestro, M. L.; Cortina, N.; Baldissera, I. T.; Ferrari, D. L.; Testa, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998, 2. ed.
- BARRETO, M. J. Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. (Mestrado em Geografia). UNESP. São Paulo. 2012. 244 f.
- BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, N° 14, p. 107-117, 2003.
- BORGES, J. L. MST do produtivismo a agroecologia. In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR, Paraná: 2009.
- CORREA, C.C; VELOSSO, A.F; BARCZSZ, S.S. Dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite: um estudo de caso realizado em um município de Mato Grosso do Sul. In. Congresso Brasileiro de sociologia, 2010, campo grande. Anais.... Campo grande . 2010
- REYES. Aleman, Mario Augusto. Avaliação da cadeia produtiva no Pontal do Paranapanema e seus impactos no desenvolvimento territorial/ Mario Augusto reyes Aleman 2020.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.
- OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, São Paulo, 2014.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES. B. M. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a formação territorial no Estado de São Paulo**. 2 edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**, 2003. Dissertação apresentada na Unicamp, Campinas, SP.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.<<http://www.ibge.gov.br/sidra>>. Acesso em 27 out. 2014.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad.Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4° Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). primeira versão: início – fev. 2006.
- OLIVEIRA. A. U; MARQUES, I.M (org.). **O campo no século XXI território de vida de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004
- OLIVEIRA, L. B. de. **Estudo da Juventude no Assentamento São Bento - Município de Mirante do Paranapanema – SP: Renúncia ao Território ou Resistência ao Modo de Vida Camponesa?** Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2011.

OLIVEIRA, L.B; RABELLO.D; FELICIANO, C. A. **Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa.** Revista Pegada, Presidente Prudente, São Paulo, 2014.

SANTOS, J. V. (1984). **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC.

SOUZA, A. M. P. R. **As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil.** In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (ORGS.) Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SPOSITO, M. P. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** Seminário apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED. USP, São Paulo, 1999.

THOMAZ Jr., A. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho.** Revista Pegada Online. Vol. 5, n.1 e 2. Presidente Prudente, 2005.

VERRI, Isabel. Blog acessado dia 10 de outubro de 2014.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. O que são assentamentos rurais. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005. _____, H. M. As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: o etanol. Curitiba, 2008. (Inédito).

FELICIANO, C. A. Território em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224. FERNANDESs, Bernardo Mançano;

THOMAZ JUNIOR. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seus impactos sobre a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema-SP. Revista Pegada. V. 18 n. 2, 2017. p 177 196.

OLIVEIRA, A. R. O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural, 2010. 209 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. RABELLO. D. Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP). Revista NERA, Ano 20, nº. 36, Presidente Prudente, 2017, p. 159-177.

Submetido em: dezembro de 2025

Aceito em: setembro de 2026